



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Corpo de Bombeiros Militar - CBM
Seção de Planejamento, Fiscalização e Suporte Técnico - CBM-SEPLANTEC

PROJETO BÁSICO

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1514 – FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR – FUNESBOM
1.2. DEPARTAMENTO: Seção de Planejamento, Fiscalização e Suporte Técnico - **SEPLANTEC**

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

- 2.1. Este documento foi elaborado a partir da análise da viabilidade técnica e econômica de estratégias de contratação, contendo os elementos necessários e suficientes, e, com nível de precisão adequados, para caracterizar o objeto da contratação de forma clara e suficiente, possibilitando a avaliação de custos e a definição dos métodos e prazos de execução.
- 2.2. Aplica-se a este procedimento o disposto na **Lei Federal 14.133/21** e demais disposições legais, no que couber, como condições iniciais para a contratação de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública, para permitir, inclusive, a fiscalização da execução e o recebimento do objeto contratado.
- 2.3. Com base, ainda, nas experiências e contratos anteriores, o presente projeto básico apresenta o conjunto de elementos que nortearão o procedimento, desde a fase que se iniciou com os estudos preliminares, até a assinatura, gestão e fiscalização do contrato.

3. DO OBJETO E OBJETIVO

3.1. Do objeto

- 3.1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de SONDAGEM DE SOLO, para construção de edificação do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO.

3.2. Do Objetivo

- 3.2.1. O presente processo visa a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de SONDAGEM DE SOLO E ENSAIO DE PERCOLAÇÃO para a construção, conforme os Estudos Técnicos, através de licitação na modalidade "Pregão Eletrônico" visando realizar o reconhecimento do solo para subsidiar os projetos necessários para a futura construção do Complexo do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO, do Quartel de Candeias de Jamari/RO e Sede de Rolim de Moura/RO.
- 3.2.2. Além disto, ratificamos que esta administração já solicitou o serviço a SEOSP como pode ser observado através do Despacho (0019324006), a qual também terceiriza o serviço, sendo assim, não temos conhecimento da execução direta pelo Estado. Outrossim, como pode ser verificado, a quantidade de furos atendida por aquela, não supre todas as necessidades desta Corporação, por conseguinte deu-se início ao presente processo.

3.3. Das Quantidades do Objeto e Valor Estimado

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QTDE. | PÇ. UNIT C/BDI | TOTAL (R\$) |
|--------------------|--|-------|--------|----------------|-------------|
| 01 | Sondagem SPT 10,45m (Porto Velho e Candeias) | M | 156,75 | 218,81 | 34.298,46 |
| 02 | Sondagem SPT 10,45m (Rolim de Moura) | M | 41,8 | 218,81 | 9.146,25 |
| 03 | Ensaio de Percolação | UND | 4 | 987,92 | 3.951,68 |
| SOMA TOTAL COM BDI | | | | | 47.396,39 |

- 3.3.1. Os quantitativos respeitam o requisitado nos Estudos Técnicos e Projetos (0030882176);0051731651; 0051731658 e 0051731663)
- 3.3.2. Os valores estimados estão de acordo com a Planilha SINTÉTICO (0059462850);
- 3.3.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia;
- 3.3.4. Os serviços deverão ser prestados por profissionais especializados;
- 3.3.5. No preço ofertado, além de estar compatível com o de mercado, deverão estar inclusos todos os custos necessários, tais como: acessórios de instalação, equipamentos necessários, impostos, tributos, custos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, frete, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do item.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

- 4.1. A sondagem de solo, são indispensáveis para futura construção do Complexo do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO, da Construção do Quartel de Candeias do Jamari/RO e da Expansão do Quartel de Rolim de Moura/RO sendo imprescindível a contratação do serviço a ser realizado em conformidade com as especificações descritas nos Estudos Técnicos.
- 4.2. A solicitação se faz necessária, visto que atualmente é exigência do TCE, e também da boa prática da construção civil, de que todas as obras de construção com acréscimo de área e execução de fundações tenham as sondagens do terreno como pré-requisito e parte integrante do processo.
- 4.3. Portanto, a adoção da modalidade de Pregão Eletrônico para realização dos Serviços de SONDAGEM DE SOLO para a construção, justifica-se por caracterizarem-se como serviços comuns de engenharia, atendendo ao exposto no Decreto Estadual nº 28.874/2024, sendo este o mais vantajoso e

adequado para administração pública.

5. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

5.1. Os serviços a serem executados, estão devidamente especificados nos Estudos Técnicos (0030882176);0051731651; 0051731658 e 0051731663)

5.2. SONDAGEM DE SOLO

5.2.1. NÚMERO DE FUROS

- 01 (um) furo de sondagem para cada 200m² de cada área construída para área construída até 1200m².
- 01 (um) furo de sondagem para cada 400m² de área construída adicional a 1200m² até 2.400m².
- Acima de 2.400m² a critério, o número de sondagem deve ser fixado de acordo com o projeto, sua implantação e os estudos iniciais do solo.
- Em quaisquer circunstâncias o número mínimo de sondagens deve ser:
 - a) dois para área da projeção em planta do edifício até 200 m²;
 - b) três para área entre 200 m² e 400 m².

5.2.2. DISTRIBUIÇÃO DOS FUROS

- Os furos de sondagem serão distribuídos em planta cobrindo a área em estudo.
- Distância máxima entre furos menor ou igual a 25m para solos não homogêneos.

5.2.3. PROFUNDIDADE

5.2.3.1. A profundidade mínima adotada será de 10,45 m. (Critério do Eng. Estrutural)

5.2.4. TIPO DE SONDAGEM

- Sondagem à percussão com circulação de água.
- Processo: S.P.T. (standart penetration test)
- Resultados: Anotações de campo (boletim de sondagens)
- Perfil geométrico:
 - 1(um) individual
 - 1 (um) do conjunto Sondagem rotativa

5.2.5. DADOS DAS EDIFICAÇÕES

5.2.5.1. COMPLEXO DE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA

I - Edificações HORIZONTAIS Construção:

a) Área prevista: 1.973,70 m²

b) Área individual da projeção das edificações:

- Quartel de Candeias de Jamari 1.232,66m²
- Comando Geral com área de 2.009,27 m².

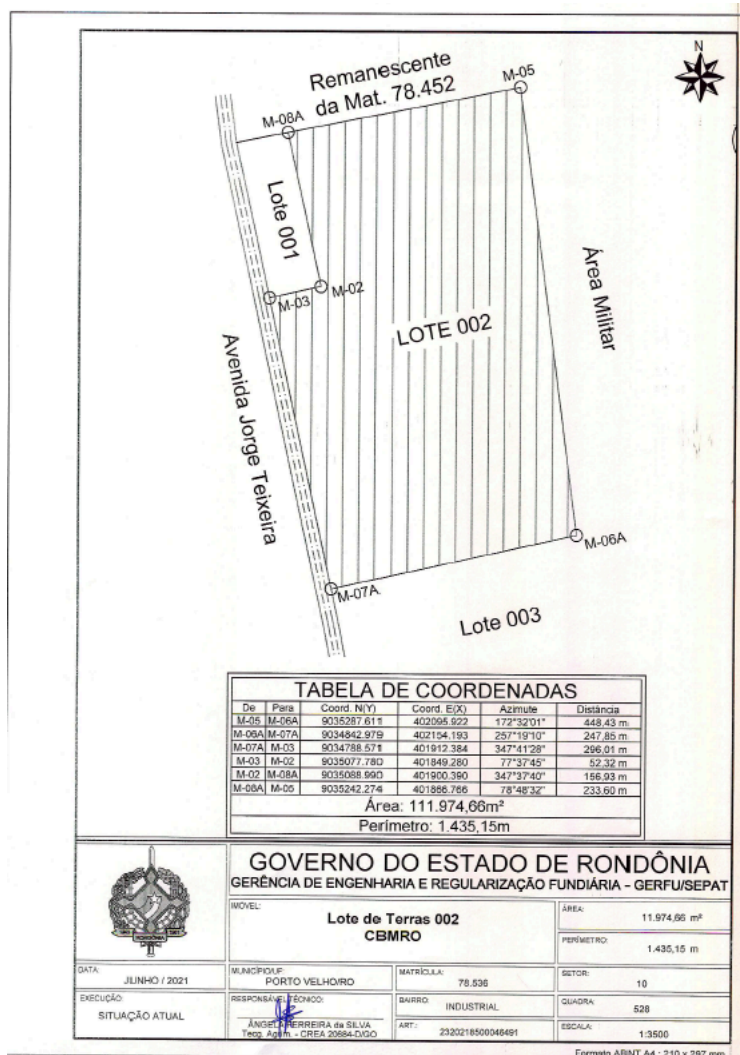
c) Total de furos previstos: 15 (Quinze), sendo 07 (sete furos) em Candeias do Jamari e 08 (oito furos) no Comando Geral em Porto Velho.

d) -Profundidade prevista: 10,45m

5.2.5.2. LOCALIZAÇÃO

Conforme endereços descritos no Item 6 deste Termo de Referencia e seus subitens.

5.2.6. PLANTA DE LOCALIZAÇÃO SEM ESCALA



5.2.6.1. LOCAL EM QUE SERÁ EXECUTADO OS SERVIÇOS GEOTÉCNICOS

Av. Jorge Teixeira, Quadra nº 528, Setor nº 10, Bairro Industrial, Porto Velho - RO.

Rua Vinte e dois de Setembro S/N Bairro União Município de Candeias do Jamari.

Av. 25 de Agosto, esquina com a Rua Londrina - Município de Rolim de Moura.

5.2.6.2. IMPLANTAÇÃO PREVISTA DOS FUROS DA SONDAGEM

Furos previstos nas edificações:

S = Furo com 10,45 metros – SPT.

R = Furo com metros – ROTATIVA.

Vide planta Geral de Implantação dos Furos (0030884086)

5.2.7. DA FISCALIZAÇÃO DO PLANO DE FUROS DA SONDAGEM

5.2.7.1. Após a aprovação do Estudo Preliminar da concepção dos projetos e implantação, a fiscalização com o projetista analisará o plano de furos dos estudos geotécnicos.

5.2.7.2. Estando prevista de forma teórica a seguinte quantidade de furos para cada terreno:

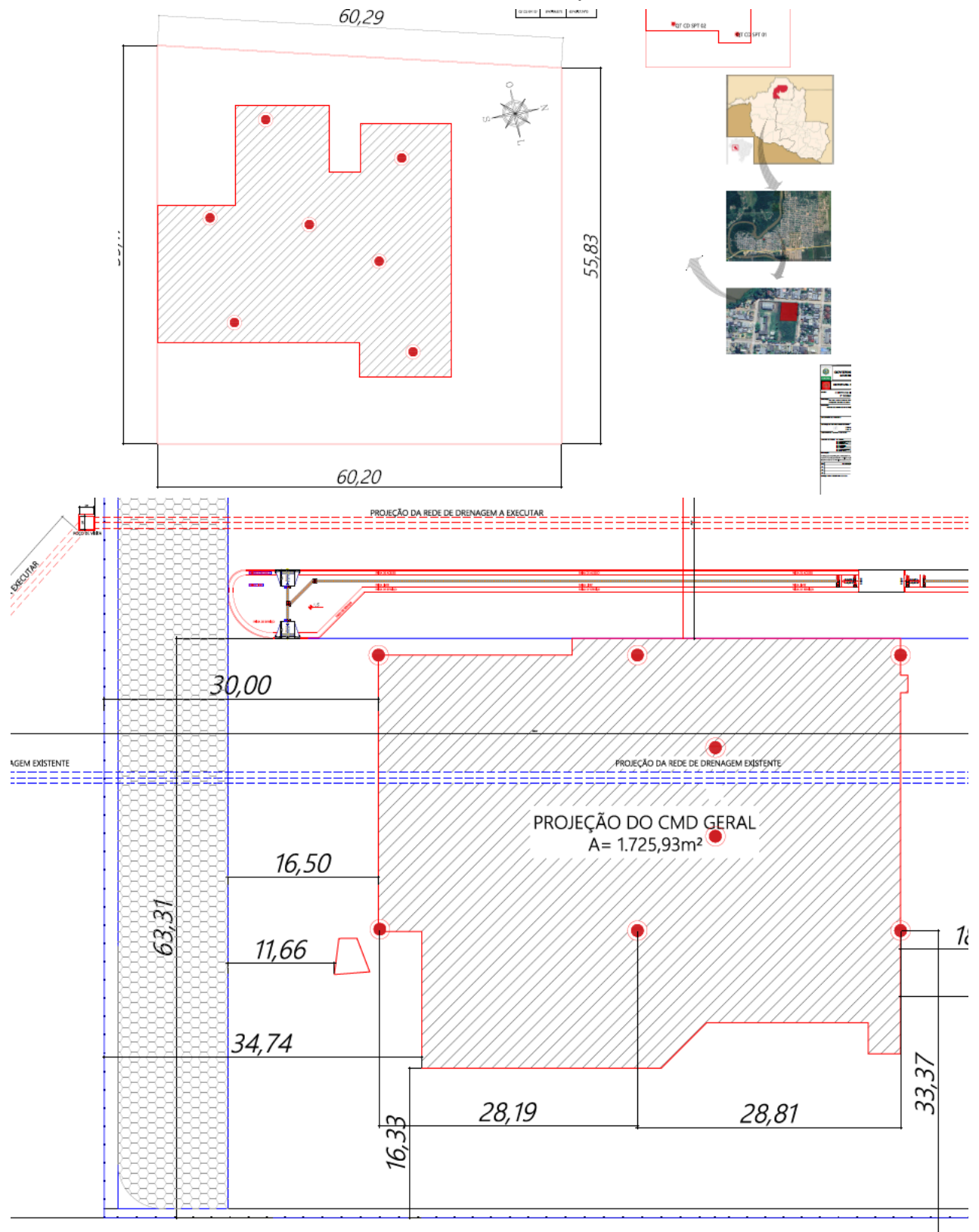
1. Comando Geral - 8 furos
2. Quartel Candeias do Jamari - 7 Furos
3. Rolim de Moura - 4 furos

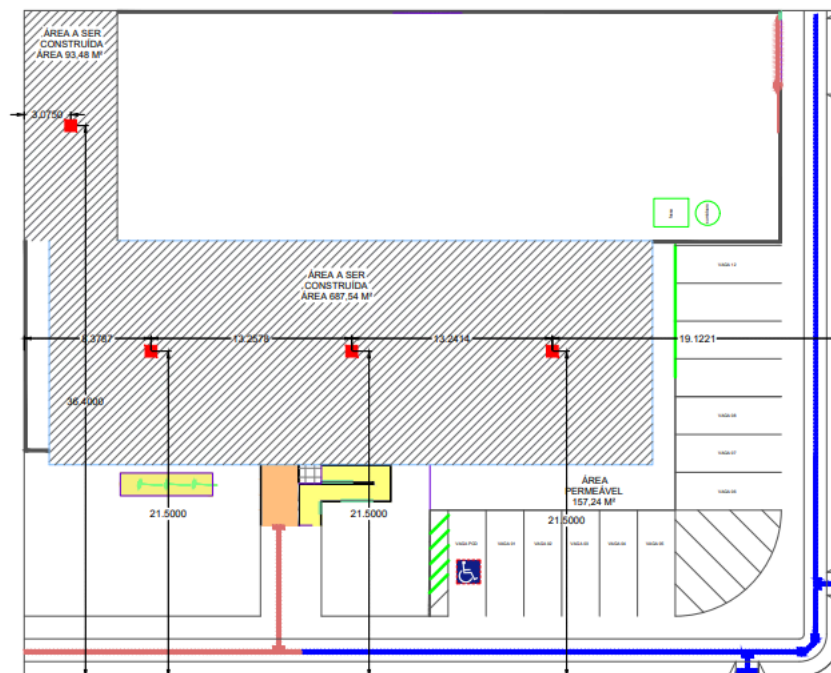
| ÁREAS DE AÇÃO | FUROS | H | M | TIPO |
|------------------|-------|-------|--------|----------|
| SPT - Edificação | 15 | 10,45 | 491,15 | SPT |
| ROTATIVA | | | | ROTATIVA |

5.2.7.3. Devendo primeiro ser avaliado os furos pertinentes à localização da edificação, bem como a forma da caixa de amostra apropriada para as respectivas coletas de testemunhos do solo, e posteriormente a distribuição de furos a critério da fiscalização conforme as condições de norma.

5.2.8. PROJETO DE FUNDAÇÃO

5.2.8.1. Proposta inicial com uso de sapata a uma profundidade de 1,5m, para uma carga admissível de 1,5kg/cm², em tese, proposta a ser investigada. Conforme projetos disponibilizados: Projeto de Implantação - Quartel Candeias do Jamari (0046661274) e Projeto de Implantação - Comando Geral (0046721199).





6. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A Sondagem de Solo, bem como o Ensaio deverão ser realizados na Avenida Jorge Teixeira, Setor 10, Quadra 528, Bairro: Industrial em Porto Velho - Rondônia, na Rua Vinte e dois de Setembro S/N Bairro União Município de Candeias do Jamari/RO, Av. 25 de Agosto, esquina com a Rua Londrina - Município de Rolim de Moura e Avenida 25 de agosto, esquina com a Rua Londrina - Rolim de Moura/RO.

6.2. Após a execução dos serviços, o CONTRATADO deverá entregar a Nota Fiscal de Serviço, bem como as Certidões de Regularidade Fiscal, Trabalhista e afins, na Diretoria de Logística do CBMRO, sito na Av. José Vieira Caúla, 5582, Bairro Cuniã, Porto Velho-RO, ou no endereço eletrônico dlogcbmro@gmail.com para conferência e recebimento dos serviços.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** Será de **30 (Trinta) dias** corridos, conforme indicado na **Planilha CRONOGRAMA (0059462857)** contado a partir do recebimento da Ordem de Serviços pela CONTRATADA.

7.2. **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:** Será de **90 (Noventa) dias** corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado desde que solicitado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do seu término, comprovados os motivos elencados para tal prorrogação.

7.3. A Ordem de Serviço será emitida em até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do contrato.

7.4. A CONTRATADA deverá comparecer no CBMRO, para assinatura e recebimento da Ordem de serviço, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da convocação, sob pena de aplicação de multa prevista neste instrumento de contrato.

7.5. O serviço a ser fornecido deverá estar de acordo com as normas estabelecidas no edital de licitação e órgãos competentes fiscalizadores como Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e INMETRO, e as Normas de segurança exigidas no que diz respeito à segurança e qualidade.

8. PRAZOS

8.1. O Laudo Técnico de sondagem deverá ser entrega de forma impressa, assinada e carimbada pelo responsável técnico pela execução do laudo, em duas vias originais;

8.1.1. Perfil Técnico para Execução do Laudo:

8.1.1.1. Para a emissão do Laudo, o profissional responsável por sua elaboração deverá ser devidamente habilitado no Conselho de Classe e com documento de anotação de responsabilidade.

8.2. Deverá ser anexada a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico;

8.3. Deverá ser fornecido ainda o arquivo digital em mídia (CD, Pendrive, etc.)

8.4. O prazo para execução dos serviços será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento pela empresa da nota de empenho.

8.5. O serviço será recebido pelo fiscal do contrato, devidamente designado pelo Corpo de Bombeiros.

8.6. O prazo para aceite é de 20 (vinte) dias corridos após o recebimento do serviço, que consiste em:

1. **Relatório do Fiscal:** até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal, Laudo Técnico, A.R.T. e arquivos de mídia digital; e
2. **Recebimento Definitivo:** até 10 (dez) dias úteis após a entrega do Relatório do Fiscal, se este indicar que toda a execução ocorreu conforme o contratado.

9. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

9.1. Conforme art. 117 da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato decorrente do presente Certame deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, dessa forma, o referido Contrato terá como Gestor, o Gerente de Administração e Finanças, que será assistido e subsidiado por um ou mais Fiscais Administrativos e um Fiscal Técnico, por ele designado.

9.2. O Gestor e os Fiscais do Contrato poderão ser localizados no prédio do Comando Geral do CBMRO, situado a Av. Campos Sales, 3254 – Bairro Olaria, município de Porto Velho, Estado de Rondônia. Fone: (69) 3216 8952 - nos horários das 07:30 às 13:30.

9.3. Considerando o alto nível de complexidade em torno da gestão do contrato e fiscalização de obras e serviços de engenharia, bem como o grande volume de recursos que será empregado na obra, faz-se necessário, e, indispensável que se institua para fins deste Projeto Básico, a figura do Fiscal

Administrativo e Fiscal Técnico com a finalidade de auxiliar o Gestor, tendo as seguintes atribuições:

9.4. **Fiscal Administrativo:** servidor(a) com conhecimento na Área Administrativa, a quem compete fiscalizar o contrato advindo deste Projeto Básico estritamente quanto aos aspectos administrativos da execução, limitados ao controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, trabalhista, comercial e contábil; e

9.5. **Fiscal Técnico:** servidor (a) com conhecimento na Área Técnica, Engenharia e/ou Arquitetura, a quem compete fiscalizar o contrato advindo deste Projeto Básico nas questões estritamente técnicas, tais como: Compatibilidade entre Projetos e Planilhas e Memoriais Descritivos de Engenharia e de Arquitetura, acompanhamento da execução e cumprimento do Cronograma Físico Financeiro, a conformidade dos Projetos com as normas técnicas da ABNT, aderência às normas, e legislações Federal, Estadual e Municipal dentre outros aspectos da área Técnica, bem como no procedimento licitatório, fase interna e externa, para tanto, caso julgue necessário e pertinente, poderá solicitar auxílio de outro Técnico deste Poder, e desde que devidamente justificado, solicitar ao Gestor do Contrato um profissional especializado do setor público ou da iniciativa privada.

10. REAJUSTE CONTRATUAL

Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano, de acordo com a Lei n.º 10192, de 14 de fevereiro de 2001.

Em obediência ao princípio de anualidade de proposta (art. 2º, §1º, c/c art. 3º da Lei n.º 10.192/2001), em caso de eventual reajuste de preços solicitados pela contratada dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 meses da data da apresentação da proposta, aplicar-se-á ao cálculo o **INCC (Índice Nacional do Custo da Construção)**.

A data-base das cotações estimativa é SINAPI de **MARÇO/2025** e serve como orientação aos **CONCORRENTES**. Esta será a data-base para reajuste, observado o disposto na Cláusula de Reajuste do Edital.

Os preços contratuais, em reais, “será reajustada” pelo < Índice Nacional da Construção Civil, coluna 35>, fornecidos < Fundação Getúlio Vargas – FGV>, após decorrido 01 (um) ano do mês base da proposta, que deverá ser o mesmo <do orçamento preestabelecido>, nos termos do art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01, sendo o índice inicial referente ao mês <do Orçamento>.

Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da contratada conforme cronograma físico aprovado.

Os critérios de reajuste seguirão as diretrizes do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 150.O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público.

§ 1º A Administração deverá indicar o critério de reequilíbrio de preços, que deverá ser sob a forma de reajuste em sentido estrito, com a previsão de índices específicos ou setoriais, ou por repactuação, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

§ 2º Sob pena de nulidade, cláusula de reajuste vinculada a variações cambiais ou ao salário-mínimo, só poderá ser admitida mediante justificativa específica, observadas as prescrições legais.

Art. 151.O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

§ 1º Apresentado no prazo estipulado no caput deste artigo, os efeitos financeiros retroagirão à data-base prevista na convenção coletiva de trabalho ou à data de ocorrência do fato gerador.

§ 2º Caso o pedido seja feito fora do prazo previsto no caput deste artigo, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante, sendo vedado ao ordenador de despesa conceder efeito retroativo aos efeitos financeiros.

§ 3º A contratada para a execução de remanescente de obra ou serviço tem direito ao reajuste ou repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação.

Art. 152.Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos seguintes, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

Art. 153.Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_i - I_o}{I_o} \times V$$

• Onde:

- o R= valor da parcela de reajustamento procurado.
- o Lo= Índice de preço verificado no mês do orçamento que a proposta se referir e que deu origem ao contrato.
- o Li= índice de preço referente ao mês de reajustamento.
- o V= valor a preços iniciais da parcela do contrato de obras ou serviços a ser reajustados.

Os serviços ou obras que forem entregues com atraso imputável à contratada, não gerarão direito a reajuste ou atualização monetária.

Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.

Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

O pedido de **reajuste do contrato** deverá ser instruído, observado o Decreto Estadual nº 28.874/2024, com os seguintes documentos:

Requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;

Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato; e

Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

A **revisão contratual** será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os seguintes documentos:

Requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;

Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;

Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;

Documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;

Ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato; e

Pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.

A revisão será formalizada por meio de termo aditivo.

11. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

Unidade Orçamentária 15014 – Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM

P.A.: 15.014.06.182.2103.1275

Elemento de despesa: 4.4.90-51

Fonte de recurso: 1.759.0.08026

12. DA CLASSIFICAÇÃO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O julgamento dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO**, na modalidade **PREGÃO**, onde a licitação ocorrerá na forma **ELETRÔNICA** de acordo com **art. 17, § 2º da Lei nº 14133/21** e a disputa será **ABERTA** conforme o **Art. 56** da referida lei, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento.

Regime de Execução

O critério para escolha da proposta será o de **MENOR PREÇO**, conforme art. 33, da Lei nº 14.133/2021, sendo que os serviços contratados obedecerão ao regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** na forma de **EXECUÇÃO INDIRETA**, conforme inciso II do art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

A proposta apresentada pela empresa deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias corridos, conforme dispositivo da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

Tal escolha foi considerada ser a mais viável por ser tratar de um serviço de empreitada, não sendo viável a sua execução por item, portanto essa escolha afeta diretamente a capacidade de execução do serviço.

SÚMULA Nº 247 É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

13.1. É vedado a CONTRATADA a subcontratação parcial da obra.

13.2. É vedado à associação, cessão, transferência, fusão, cisão ou incorporação. No todo ou em parte, do objeto com outrem.

14. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE ME/EPP

Em consonância com as diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual nº 21.675, de 15 de maio de 2017, que regulamenta o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia, e considerando que o valor estimado da presente contratação é inferior ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), esta contratação será processada de forma **EXCLUSIVA PARA EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME OU EPP**, nos termos da legislação vigente.

O art. 6º do referido Decreto Estadual dispõe expressamente:

"Art. 6º Nas contratações públicas da administração pública estadual, deverão ser realizadas, preferencialmente, licitações destinadas exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo único. Não obtendo êxito a licitação realizada nos termos do caput, poderá a administração pública repetir o certame, ampliando a sua participação para todas as empresas, inclusive aquelas que não se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte."

Dessa forma, a Administração, no exercício de sua competência discricionária e com fundamento no caput do artigo supracitado, optou por adotar a exclusividade para ME e EPP nesta contratação, considerando tratar-se de valor estimado compatível com o limite legal, e visando fomentar o desenvolvimento econômico regional, estimular a competitividade entre pequenos negócios, promover a inclusão produtiva e atender aos princípios constitucionais da isonomia, eficiência e razoabilidade.

Resalta-se que a previsão contida no parágrafo único do mesmo artigo assegura à Administração Pública a possibilidade de repetição do certame com a ampliação da participação para empresas de todos os portes, caso a licitação exclusiva restar fracassada ou seja, sem propostas válidas ou com desclassificação de todas as participantes, garantindo a continuidade do processo e a vantajosidade da contratação.

Por todo o exposto, a presente licitação será realizada em caráter exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte, nos moldes da Lei Complementar Federal nº 123/2006, sendo exigido o respectivo enquadramento e comprovação documental por ocasião da fase de habilitação, nos termos da legislação aplicável.

15. JUSTIFICATIVAS DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

No caso da **SONDAGEM DE SOLO PARA CONSTRUÇÕES DE EDIFICAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA**, consideramos a não viabilidade do parcelamento do serviço, optando por sua contratação em uma única etapa. Essa escolha está fundamentada em diversos aspectos legais, técnicos e operacionais.

Inicialmente, cabe destacar que o parcelamento da contratação é uma possibilidade prevista pela Lei nº 14.133/21, que estabelece o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos. No entanto, é importante ressaltar que o parcelamento deve ser utilizado quando a natureza do objeto permitir sua divisão em etapas, sem comprometer a qualidade, a execução e a eficiência do serviço.

No caso da construção do quartel, trata-se de um serviço que demanda uma execução contínua e integrada para garantir a uniformidade estética, a durabilidade e a segurança do resultado final. Parcelar a contratação poderia acarretar em possíveis descontinuidades no processo, prejudicando a harmonia visual e a integridade da estrutura.

Além disso, o não parcelamento da contratação possibilita a seleção de uma única empresa especializada e qualificada, o que contribui para a excelência do serviço prestado. A escolha de uma única empresa traz vantagens como a coerência no planejamento, a compatibilidade técnica dos elementos da fachada e a simplificação dos trâmites administrativos, otimizando o controle e a fiscalização do serviço.

A opção pelo não parcelamento do serviço encontra respaldo em outras normas e leis relevantes. No Inciso I do Art. 75 da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021, por exemplo, que dispõe sobre as licitações e contratos na Administração Pública, estabelece que a divisão de uma contratação deve ser evitada quando comprometer a economia de escala, a eficiência e a obtenção do melhor resultado.

Adicionalmente, a opção pelo não parcelamento está alinhada com a Lei Federal nº 13.303/16 (Lei das Estatais), que estabelece critérios específicos para licitações realizadas por empresas estatais, incluindo a busca pelo melhor resultado, a competitividade e a eficiência na contratação.

Dessa forma, justifica-se o não parcelamento da contratação da **SONDAGEM DE SOLO PARA CONSTRUÇÕES DE EDIFICAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA**, com base na legislação vigente de licitação e em outras normas e leis que reforçam a importância da busca pelo melhor resultado, a eficiência na execução do serviço e a necessidade de garantir a uniformidade estética e a durabilidade da estrutura. O não parcelamento proporciona uma contratação mais coesa, permitindo a seleção de uma única empresa especializada, o que favorece a compatibilidade técnica dos elementos da construção, reduz a possibilidade de falhas de comunicação entre diferentes fornecedores e simplifica a gestão do projeto como um todo.

Além disso, o não parcelamento da contratação também contribui para a redução de custos e a otimização dos recursos financeiros. Ao contratar uma única empresa, evitam-se duplicidades de despesas administrativas, logísticas e de mobilização de equipes, resultando em economia de recursos públicos.

Vale ressaltar que a não fragmentação do objeto contratado também está alinhada com os princípios da economicidade e da eficiência, que permeiam o Direito Administrativo. Esses princípios visam garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis e a obtenção do maior benefício para a Administração Pública.

Dessa forma, considerando a natureza do serviço, a necessidade de uniformidade e qualidade na execução, a busca pela eficiência e economicidade, bem como o respaldo da legislação vigente, justifica-se o não parcelamento da contratação para a **SONDAGEM DE SOLO PARA CONSTRUÇÕES DE EDIFICAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA**.

Como o objetivo é **SONDAGEM DE SOLO PARA CONSTRUÇÕES DE EDIFICAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA** faz-se necessário processo de aquisição com maior facilidade e rapidez na contratação, por isso opta-se por contratação prevista no Inciso I do Art. 75 da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021 e o pagamento seja em **COTA ÚNICA**.

16. HABILITAÇÃO

16.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

16.1.1. A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, exigidos conforme a natureza jurídica da contratada:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 7.775, de 2012.
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- h) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

16.2.1. O Patrimônio Líquido e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta para fins de verificação do capital social mínimo ou do patrimônio líquido exigido, limitado a até 5% do valor estimado da contratação, conforme art. 69, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo esta, a condição de habilitação e apuração da qualificação econômico-financeira das licitantes

16.2.2. A empresa em funcionamento há menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem, mediante a apresentação do Balanço de Abertura.

16.2.3. São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

- a) publicado em Diário Oficial; ou
- b) publicado em jornal de grande circulação; ou
- c) por cópia do Livro Diário, ou fotocópia devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, na forma do art. 6º da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 11 de agosto de 1997, acompanhada, obrigatoriamente, dos termos

de abertura e de encerramento. Quando for apresentado o original do Diário fica dispensada a inclusão, na documentação, dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro em questão.

16.2.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da contratada, com o número do CNPJ e o respectivo endereço.

16.2.5. Se a contratada (licitante) for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a contratada (licitante) for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16.2.6. Serão aceitos registros de CNPJ da contratada (licitante) matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

16.2.7. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para Língua Portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

16.2.8. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em Língua Portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

16.3. **REGULARIDADE FISCAL**

16.3.1. Comprovar-se-á a regularidade fiscal, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

b) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;"

f) Para as certidões, fica prevista a possibilidade de apresentação de "Certidão Positiva com Efeito Negativo"

16.4. **REGULARIZAÇÃO TRABALHISTA**

16.4.1. **Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT**, relativa a comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Art. 642-A da C.L.T.), podendo ser apresentada certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa. Certidão expedida gratuita e eletronicamente. NÃO CONTEMPLADA PELO SICAF.

16.4.1.1. Caso a certidão acima mencionada não indicar prazo de validade só será aceita se emitida nos últimos 60 (sessenta) dias corridos.

16.5. **DO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

a) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho;

b) Declaração de que não emprega menor de dezesseis anos, e se emprega ou não menor a partir dos 14 anos na condição de aprendiz.

17. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

A qualificação técnica será exigida em conformidade com o **art. 67 da Lei nº 14.133/21**.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

Capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pela contratada.

Quando da execução do Contrato, caso haja necessidade de substituição do Responsável Técnico ou outros habilitados na licitação, deverá ser solicitado autorização prévia da Administração, que analisará as condições e procederá a autorização da referida substituição.

Acervo técnico do(s) profissional(is) que será(ão) o(s) profissional(is) responsável(is) técnico pelo serviço, por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto da licitação, quais sejam:

| SERVIÇOS REQUERIDOS | UNIDADE |
|----------------------|---------|
| SONDAGEM A PERCUSSÃO | M |
| ENSAIO DE PERCOLAÇÃO | un |

Comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) pertence(m) ao quadro permanente da empresa poderá ser feita através de uma das seguintes formas:

Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante;

Certidão de Registro da licitante junto ao CREA e/ou CAU em que conste o profissional como responsável técnico

Cópia do Contrato Social do licitante em que conste o profissional como sócio;

Contrato de Prestação de Serviços, vigente na data da licitação;

Contrato de Trabalho Registrado na DRT; ou

Declaração formal indicando o profissional que será o responsável técnico pelo serviço, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todos serão inabilitados.

Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução do serviço com características semelhante ao objeto da licitação, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

| SERVIÇOS REQUERIDOS | UNIDADE | QUANT |
|----------------------|---------|-------|
| SONDAGEM A PERCUSSÃO | M | 50,00 |
| ENSAIO DE PERCOLAÇÃO | un | 1,00 |

Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº do Documento de Responsabilidade Técnica que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.

Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento, ferramental, veículos e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos, evidenciando declaração expressa de que o(s) responsável(eis) Técnico não possui vínculo com o Governo do Estado de Rondônia ;

O CBM/RO tem a prerrogativa de aferir a capacidade técnica operacional da empresa por meio de uma vistoria às instalações físicas, a fim de comprovar as condições operacionais e a existência física da mesma.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

A Contratada deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, na forma da Lei.

A Contratada deverá apresentar à Contratante, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato a apólice de Seguro de Risco de Engenharia com cobertura de Responsabilidade Civil Geral e Cruzada, tendo o CBMRO como beneficiária, com valor (importância segurada) e prazo de vigência não inferior ao do contrato, sob pena de aplicação das cominações previstas neste instrumento.

Após a homologação da licitação e adjudicação de seu objeto, será produzida a respectiva Nota de Empenho, e, em seguida, formalizado o Termo de Contrato conforme a minuta anexa a este documento.

O prazo de vigência do contrato será de **90 (noventa) dias**.

O regime de execução do contrato será o de Empreitada por Menor Preço Global.

A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, que se dará por meio de correspondência eletrônica e-mail, com confirmação do recebimento, para providenciar o cadastramento no sistema SEI, e assinar digitalmente o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Projeto Básico.

A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste documento, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas neste Projeto Básico.

O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela contratante.

Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa vencedora do Certame deverá:

Comprovar seu poder para assinatura de contratos em nome da empresa, através de documento legal;

Atualizar todos os documentos apresentados na proposta, se vencidos;

Prestar a garantia adicional quando for o caso;

Se necessário, apresentar o visto junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RO do Estado de Rondônia, em conformidade com o que dispõe a **Lei nº 5.194, de 24/12/66**, em consonância com a **Resolução nº 336, de 27/10/89**, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, quando a licitante vencedora for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem;

Prestar, declaração da empresa, indicando o(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela conformidade da obra com normas regulamentadoras de **segurança do trabalho**; e para o início do respectivo trabalho, apresentar registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do respectivo profissional junto ao CREA/RO;

Apresentar à contratante, para efeito no disposto dos **incisos III, IV e XI do caput do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11/01/2012**, declaração de acordo com os modelos constantes dos **Anexos II, III ou IV da referida Instrução Normativa**, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, podendo ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada; e

Apresentar à contratante a Anotação e/ou Registro de Responsabilidade Técnica do responsável técnico (CREA/CAU) referente a elaboração de sua planilha orçamentária e seu cronograma proposto.

Na hipótese da não assinatura do contrato, nos prazos e condições estabelecidos, poderá ser convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após, comprovados os requisitos habilitatórios, caso necessário, e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Projeto Básico e das demais cominações legais.

O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do **art. 124 da Lei nº 14.133/21**.

Observadas as demais disposições constantes no **Capítulo VI, Seção VI da Lei nº 14.133/21**, a rescisão do contrato:

Poderá ser declarada unilateralmente pela contratante, no caso de a Contratada deixar de executar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou havendo a incidência de algum dos casos previstos no **art. 124 à 130 da Lei nº 14.133/21**, conforme disposto na referida Lei;

Será declarada unilateralmente pela contratante se, durante a vigência do contrato, a Contratada contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Governo, haja vista ser vedada, nesses casos, a manutenção, aditamento ou prorrogação contratual, conforme disposto no **art. 3º da Resolução n. 07/2005**, alterado pela **Resolução n. 09/2005**, ambas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, não implicando qualquer ônus para o Governo;

e

Poderá ocorrer mediante acordo entre as partes ou por via judicial, conforme disposto no **art. 138 da Lei 14.133/21**.

A rescisão unilateral ou mediante acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e, em qualquer caso, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

A inobservância das regras previstas no Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, durante o período de execução contratual acarreta a quebra de cláusula contratual e possibilita a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no contrato e em normas correlatas.

É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos **arts. 1º e 2º da Resolução n. 156 do CNJ**, de 8 de agosto de 2012.

No interesse do CBMRO, o objeto desta licitação poderá ser acrescido até 25% (cinquenta por cento) ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme disposto no **Art. 125 da Lei nº 14.133/21**.

Na celebração de eventual termo aditivo que verse sobre valores do contrato, deverá ser respeitado o percentual de desconto apurado entre o valor global contratado e o valor total estimado no orçamento-base da licitação.

No acréscimo de serviços não previstos anteriormente no contrato, devem ser observados, nos limite de que trata o **Art. 125 da Lei nº 14.133/21**, os valores discriminados na tabela de preços oficial utilizada à época da elaboração do orçamento-base da licitação.

É vedada a compensação de quantitativos de acréscimos e supressões, devendo as eventuais alterações de quantitativos fundamentadas no **Art. 125 da Lei nº 14.133/21** considerarem os acréscimos e supressões de forma isolada, conforme o **Acórdão nº 749/2010 – TCU – Plenário**.

A prorrogação do contrato somente será efetivada após a comprovação da manutenção do número de pessoas presas ou egressas do sistema prisional, contratadas para prestação dos serviços.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 19.1. Permitir o acesso dos empregados do FORNECEDOR às suas dependências para a execução dos serviços, proporcionando todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- 19.2. Emitir e encaminhar Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente aos objetos solicitados;
- 19.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR;
- 19.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;
- 19.5. Comunicar ao FORNECEDOR qualquer irregularidade na execução do serviço;
- 19.6. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Projeto Básico;
- 19.7. Impedir que terceiros realizem o objeto deste Termo;
- 19.8. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor designado para essa finalidade;
- 19.9. Receber o objeto, verificando as condições do serviço executado, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal com a Nota de Empenho e atestando seu recebimento.
- 19.10. Efetuar o pagamento à contratada dentro do prazo estipulado
- 19.11. A contratante obriga-se, nos seguintes termos:
 - 19.11.1. Caberá à contratante fornecer as informações necessárias para a realização dos trabalhos.
 - 19.11.2. O fiel cumprimento das obrigações das obrigações pactuadas no CONTRATO, como também o fiel pagamento das parcelas devidas.
 - 19.11.3. Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do presente objeto.
 - 19.11.4. A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/FORNECEDOR

São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em **Lei 14.133/21**:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Disponibilizar, a partir da assinatura do Contrato, um canal de comunicação com o Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia (endereço, telefone, endereço de e-mail e nome do responsável para contato), a fim de colher as diretrizes e informações relativas à execução do objeto;

São obrigações da contratada, exigidas no **Art. 22, § 2, da Lei 14.133/21**, o contrato deverá refletir a alocação realizada pela matriz de riscos conforme Anexo - Matriz de Riscos (0046548774).

Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo expressa autorização do Comandante Geral do CBMRO;

Utilizar materiais/equipamentos novos, assim considerados de primeiro uso, de acordo com as especificações técnicas contidas neste documento, entregando-os nas condições e local definidos no item 5, e subitens;

Garantir a melhor qualidade dos materiais/equipamentos, atendidas as especificações e normas técnicas de produção conforme o caso;

Reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais/equipamentos e/ou serviços em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o vencimento do Contrato, sem qualquer ônus a Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela CONTRATADA, verbal e/ou escrito, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização sem qualquer acréscimo no preço contratado;

Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da entrega do objeto, e sua posterior devolução, caso seja necessário, inclusive as decorrentes de materiais/equipamentos com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o vencimento do Contrato;

Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas para o fornecimento do objeto, sejam impostos, taxas, encargos fiscais e comerciais, contribuições previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente Projeto sem qualquer ônus para a Contratante;

Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à Contratante, por seus empregados, representantes ou prepostos, tanto por ação quanto por omissão destes.

Caso ocorra fato que impeça ou interfira no atendimento do prazo de entrega, comunicar imediatamente e de forma expressa, antes de terminado o prazo, as razões do atraso e o prazo previsto para a efetiva entrega, para a análise da Contratante;

Indicar preposto da Contratada, visando eventuais contatos de serviço com Representante da Administração Pública, durante a entrega e período de validade dos materiais/equipamentos;

Prover o adequado transporte e manuseio dos materiais/equipamentos, observadas as normas vigentes de trânsito e de segurança do trabalho;

Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como informações atualizadas quanto ao endereço, alteração de razão social e os contatos com a empresa.;

Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), de acordo com o **Art. 125 da Lei n.º 14.133 de 2021**;

A ação ou omissão, total ou parcial, da Comissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Materiais Permanentes da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

Responder pelos vícios e defeitos dos serviços ofertados e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da realização dos serviços e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Contratante, na execução do contrato;

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em relação aos volumes transportados, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

Disponer de pessoal técnico qualificado e instrumentos/equipamentos para a execução dos serviços contratados;

Promover a prestação dos serviços no prazo, local e condições propostas na licitação e contrato, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;

Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, gerais, descritas no Projeto Básico e seus Anexos;

Comunicar à Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

Responsabilizar-se por todas despesas diretas e indiretas relativas a salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços, objeto do contrato, ficando a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

Não contribuir para a contaminação do meio ambiente;

Monitorar e controlar a geração de resíduos, aplicáveis ao objeto do contrato;

Remover entulhos, sobras de materiais não utilizados e realizar a limpeza completa após a finalização dos serviços, despejando-os em local permitido pelas autoridades competentes, sem ônus referentes a transportes ou encargos para a CONTRATANTE.

Empregar, na prestação de serviços com fornecimento de mão de obra, pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de pena em regime semiaberto ou ainda egressas do sistema prisional, nas proposições definidas pela Lei Estadual nº 2.134, de 2009, conforme quantitativo de pessoal exigido para a execução do objeto;

Comprovar, no ato de assinatura do contrato, a efetivação da contratação do percentual disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 2.134, de 2009;

Apresentar, mensalmente, ao juiz da execução, com cópia para o fiscal do contrato ou ao responsável indicado pela contratante, relação nominal dos empregados envolvidos na prestação dos serviços ou outro documento que comprove o cumprimento dos limites previstos no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 2.134, de 2009, indicando na relação os percentuais aplicados para cada tipo de trabalhador: se preso, em regime semiaberto, ou egresso. A exigência da documentação comprobatória periódica visa permitir o acompanhamento e a fiscalização da efetividade da medida pelo gestor do contrato, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

Comunicar, em até 5 (cinco) dias, a demissão de trabalhador preso ou egresso ao fiscal do contrato ou responsável indicado pela contratante;

Providenciar a substituição de pessoa presa ou egressa do sistema prisional por outro trabalhador de mesma condição, em até 60 (sessenta) dias, nos casos de demissão ou outro fato gerador que impeça o comparecimento ao serviço, para fins de cumprimento dos limites previstos em contrato, conforme disponibilidade de mão de obra apta, indicada pelo órgão responsável pela execução penal no Estado.

Providenciar aos contratados nos termos da Lei nº 2.134, de 2009 e do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021:

Uniforme idêntico ao utilizado pelos demais contratados, sem singularização da condição de trabalhador preso ou egresso;

Equipamentos de proteção, caso a atividade exija;

remuneração, nos termos da legislação pertinente; e

percentual disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 2.134, de 2009;

Observar todo o disposto no Decreto Estadual nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021;

A CONTRATANTE NÃO SE RESPONSABILIZARÁ por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste Projeto Básico, **E NÃO ACEITARÁ**, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da empresa vencedora para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

21. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO.

21.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da **Lei Federal nº 14.133/21, art. 15** e, ainda, o entendimento do **Acórdão TCU nº 1316/2010**, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios nas licitações por ela promovidas, fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

22. DAS SANÇÕES

No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação/notificação.

A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação ou apresentá-la com conteúdo falso, ensejar o retardamento da realização da contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Projeto Básico e demais cominações legais aplicáveis.

O atraso injustificado na execução do objeto ou o descumprimento das obrigações estabelecidas sujeitarão a contratada à multa de mora, conforme percentuais e bases de cálculo estabelecidos no item **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**, a qual será recolhida no prazo máximo de quinze dias, uma vez comunicada oficialmente.

Transcorrido o prazo máximo de 10 (dez) dias de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá rescindi-lo.

Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial;

Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (inciso IV, do art. 156, da Lei nº 14.133/21).

A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da CONTRATADA de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia, em virtude de atos ilícitos praticados;

Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;

Ocorrência de ato capitulado como crime pela **Lei nº 14.133/21**, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CONTRATANTE após a assinatura do Contrato;

Apresentação, ao CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.

Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser cobrado judicialmente.

Em caso de negativa de assinatura do termo contratual por parte da licitante vencedora será ela penalizada com multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

A sanção estabelecida na alínea “d”, deste documento é de competência exclusiva do **Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas aqui estipuladas e também previstas na **Lei 14.133/21**.

Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual pela Controladoria Geral do Estado, nos termos da **Lei nº. 2.414/2011**.

Ressalvada a hipótese de força maior e caso fortuito, o atraso injustificado na execução parcial ou total do objeto sujeitará a Contratada, nos termos do Título IV, Capítulo I da **Lei n. 14.133/21**, à multa de mora diária, as seguintes sanções:

Multa de mora de **0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato**, por dia de atraso para assinatura do instrumento contratual, até o limite de 10 (dez) dias, após o qual poderá ser aplicada a multa compensatória de **10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato**, caso a empresa vencedora da licitação não compareça para assinatura, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

Multa de mora de **0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato**, por dia de atraso para o recebimento da Ordem de Serviço, contado a partir do vencimento do prazo da convocação, até o limite de 10 (dez) dias, após o qual será considerada a inexecução parcial ou total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

Multa de mora de **0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor global do contrato**, por dia de atraso, após o transcurso do prazo previsto para o início da execução dos serviços, até o limite de 15 (quinze) dias, após o qual será considerada a inexecução parcial ou total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

Multa de mora de **10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida**, no caso de não proceder à disponibilização dos equipamentos, instalações, aparelhamento ferramental, veículos e pessoal técnico adequado e necessário para a realização do objeto da presente licitação, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada;

Multa de mora de **0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato**, por cada obrigação descumprida, até o limite de 10% (dez por cento), sem prejuízo de uma possível rescisão contratual, nos moldes do **artigo 138, da Lei 14.133/21**;

Multa de mora de **10% (dez por cento) sobre o valor das correções ou reparos na obra que se fizerem necessários no decorrer de 05 (cinco) anos contados de seu recebimento definitivo**, conforme constatado pela Comissão de Fiscalização, caso não sejam executados no prazo estabelecido pelo CBMRO para realização dos serviços;

As multas previstas no subitem anterior podem ser aplicadas cumulativamente com as multas compensatórias estipuladas pela inexecução total ou parcial da obra contratada.

Pela **inexecução parcial da obra**, a Contratada estará sujeita à multa compensatória de **10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida**.

Pela **inexecução total da obra** a Contratada estará sujeita à multa compensatória de **10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato**.

A incidência de quaisquer das multas moratórias previstas neste instrumento não eximirá a Contratada da obrigação de efetuar os reparos e correções necessárias na obra.

23. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a entrega por parte da contratada de todas as suas obrigações, contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura emitida pela contratada, depois de medidos e aceitos os serviços pela fiscalização do CBM/RO, que conferirá e atestará a sua execução em conformidade com a Os valores estimados estão de acordo com a Planilha SINTÉTICO (0059462850) integrante dos autos.

O art. 46º da Lei nº14.133/21 define o regime de execução de empreitada por preço global como uma forma de execução indireta, na qual se contrata com terceiros a execução da obra ou do serviço por preço certo e total. Nesse regime, o contratante deve realizar o pagamento por etapa do serviço concluída e não por medições mensais dos serviços efetivamente realizados, como está previsto no contrato em comento.

Essa forma de pagamento não se coaduna com os interesses da Administração Pública, pois é imprescindível que exista conclusão de etapas do serviço para a efetivação do pagamento respectivo.

Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgão fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à Contratante para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da Contratada.

É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Regularidade Fiscal e Trabalhista.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Governo, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura serão calculados - mediante apresentação de fatura própria - por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira (**0,00016438**), assim apurado:

I = i/365; = (6/100)/365; = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNESBOM**, CNPJ: **41.175.256/0001-17**, Inscr. Municipal: **14274336**, Endereço: Avenida Campos Sales, 3254 - Bairro Olaria. CEP 76.801-246 - Porto Velho-RO.

Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Pelo fiel e perfeito fornecimento dos objetos definido neste Projeto Básico, o CBMRO realizará o pagamento, mediante a entrega da (s) nota (s) fiscal (is), que corresponderá (ão) ao valor do objeto contratado e entregue;

No preço a ser pago deverão estar incluídas todas as despesas inerentes a salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, dentre outras despesas indiretas (quando houver);

A Nota Fiscal deverá ser certificada pelos servidores encarregados de fiscalizar a entrega do(s) objeto(s), comprovando a execução do objeto contratado.

24. SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL:

- 24.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para execução do objeto deste Projeto Básico;
- 24.2. A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução da execução do objeto não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
- 24.3. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;
- 24.4. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, assim como Decreto Estadual n.º 21.264 de 20 de setembro de 2016 que *"Dispõe sobre a aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável no âmbito do Estado de Rondônia..."*.

25. CONCLUSÃO

A CONTRATANTE poderá realizar acréscimo ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitando os limites do **artigo 125 da Lei 14.133/21** e suas alterações, tendo como base os preços constantes da proposta contratada.

A CONTRATANTE prestará todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela contratada a respeito deste Projeto Básico.

Os casos omissos serão dirimidos por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a **lei nº 14.133/21** aplicando-se paralelamente, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Elaborado por:

ISLÂNDIO DANTAS CHAVES - 1º TEN BM

Engenheiro Eletricista

CREA: 18.842-D/RO

Chefe da Seplantec

Revisado por:

JOSÉ CONSTANTINO DA SILVA JÚNIOR - CEL BM

Engenheiro Mecânico - CREA: 13.489-D/RO

Coordenador de Projetos de Engenharia - SEPLANTEC

Portaria nº 579/2023

APROVADO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante-Geral

Ordenador de Despesas do CBMRO

Porto Velho, data e hora do sistema.

Av. Gov. Jorge Teixeira, 2507 - Liberdade, Porto Velho - RO - E-mail: seplantecbmr@gmail.com

"VIDAS ALHEIAS, RIQUEZAS SALVAR!"





Documento assinado eletronicamente por **ISLANDIO DANTAS CHAVES, 1º Tenente**, em 16/05/2025, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Constantino da Silva Junior, Coronel**, em 20/05/2025, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 20/05/2025, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060177391** e o código CRC **1C813038**.